

Trabalho Substituto, integrante do Quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, em sessão do Egrégio Tribunal Pleno de 30.9.2005; CONSIDERANDO, ainda, o que consta nos autos do Processo TRT Nº 868/2005, resolve:

PROVER, com efeitos, a contar de 3.10.2005, no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Substituto Doutor DENNIS JORGE VIEIRA JENNINGS, oriundo do Quadro da Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região da Justiça do Trabalho, em vaga decorrente da permuta com a Excelentíssima Senhora Juíza do Trabalho Substituta desta Região Doutora LILIANE DE LIMA SILVA, para o Quadro do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, de acordo com os termos da Instrução Normativa nº 05/95, do C. Tribunal Superior do Trabalho, publicada no Diário da Justiça de 3.4.1995, passando o Juiz ora provido a figurar no final da Lista de Antigüidade dos Juizes do Trabalho Substitutos desta Oitava Região. Publique-se e registre-se.

Juiz JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES
Em exercício

PORTARIA Nº 986, DE 10 DE OUTUBRO DE 2005

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO o que dispõe o art. 8º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União; CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União, por intermédio do Acórdão nº 1.782/2005 - TCU - 2ª Câmara, prolatado em Sessão de 20/09/2005, Ata nº 35/2005, determinou que o Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região instaure competente processo de Tomada de Contas Especial contra o ex-servidor ALLAN SILVA DOS SANTOS, demitido pelo Ata nº 127, de 10/09/2004, em decorrência de desvio de recursos sacados de depósitos judiciais destinados ao pagamento de contribuições previdenciárias e fiscais, conforme constatado no relatório da comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 426/2004-TRT 8ª Região; CONSIDERANDO que o trâmite da Tomada de Contas Especial favorece a celeridade do ressarcimento pelo ex-servidor; CONSIDERANDO o que consta do Processo TRT nº 1306/2005; resolve:

I - Instaurar Comissão de Tomada de Contas Especial, com objetivo de quantificar o débito decorrente da apropriação indevida de recursos públicos pelo ex-servidor ALLAN SILVA DOS SANTOS, demitido pelo Ato nº 127, de 10/9/2004, com o fim de promover o competente ressarcimento aos cofres públicos.

II - Designar os servidores JOSÉ HAROLDO LOPES DA SILVA, Analista Judiciário, matrícula nº 308.8.1360; SÉRGIO CARDOSO DE OLIVEIRA JÚNIOR, Analista Judiciário, matrícula nº 308.8.1431; JOSÉ MARIA OLIVEIRA GONZAGA, Técnico Judiciário, matrícula nº 308.8.448, para comporem a Comissão, que será presidida pelo primeiro, substituído pelo segundo nas ausências e impedimentos.

III - Autorizar a Comissão a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, devendo os órgãos vinculados a esta autoridade prestar a colaboração necessária que lhes for requerida.

IV - Os membros da Comissão ficam liberados do desempenho de suas funções normais, conforme for deliberado pelo presidente da mesma.

V - Fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos.

VI - Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação. Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Juiz JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES
Em exercício

10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 380, DE 11 DE OUTUBRO DE 2005

O Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, usando de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 3985/2005, resolve:

Declarar a vacância do Cargo da Carreira Judiciária de Analista Judiciário, Classe "A", Padrão 1, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pelo servidor AFONSO RODRIGUES MACIEL, em decorrência de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90, a contar de 3.10.2005.

ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN
PEREIRA

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 463, DE 11 DE OUTUBRO DE 2005

A Diretora-Geral Administrativa Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de sua competência delegada pela PORTARIA PRE-DGA Nº 209/2004, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 3819/2005, resolve:

Revogar a PORTARIA TRT/DGA Nº 018/2004, de 14 de abril de 2004, publicada no Diário da Oficial da União, Seção 2, de 19 de abril de 2004, a contar de 10.10.2005.

CHRISTIANE A. LAMOUNIER

18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 612, DE 11 DE OUTUBRO DE 2005

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1650/2005, resolve:

Considerar declarada a vacância do cargo da carreira de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Egrégio Tribunal, ocupado pela servidora EUNICE DAMAS, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2005, nos termos do disposto pelo artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Publique-se no Boletim Interno e no Diário Oficial da União.

Juíza DORA MARIA DA COSTA

23ª REGIÃO

ATO Nº 142, DE 29 DE SETEMBRO DE 2005

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, "f" do Regimento Interno, e considerando o expediente protocolizado sob o n. 71574/2005, resolve:

Declarar vago o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pelo servidor JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES DE CAMPOS, por motivo de posse em outro Cargo Público Inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII da Lei n. 8.112/90, com efeitos a contar de 23 de agosto do corrente ano.

MARIA BERENICE CARVALHO CASTRO SOUZA

ATOS DE 30 DE SETEMBRO DE 2005

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, "f" do Regimento Interno, e considerando o contido no Mem. 1002/DRH, resolve:

Nº 143 - Retificar os Atos TRT/DG/GP - 049/2005 e 050/2005, de 20.05.2005 e Ato TRT/DG/GP - 080/2005, de 07.07.2005, onde se lê: "criado pela Lei n. 10.770/2003", leia-se: "criado pela Lei n. 8.432/1992".

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, "f" do Regimento Interno, e considerando o contido no Mem. 1002/DRH, resolve:

Nº 144 - Retificar o Ato TRT/DG/GP - 051/2005, de 20.05.2005, onde se lê: "criado pela Lei n. 10.770/2003", leia-se: "criado pela Lei n. 8.430/1992".

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, e considerando ainda o Ato TRT/DG/GP - 126/2005, resolve:

Nº 145 - Nomear o candidato ROGER CASSIMIRO DE ARAÚJO BERBER para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, em decorrência do Ato TRT/DG/GP - 126/2005, publicado no DOU em 22.09.2005, que declarou vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, o cargo ocupado pela servidora Cintia Aline Ishikawa.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto no art. 13, §§ 1º e 6º da Lei n. 8.112/90, bem como no Capítulo XI, item 2, subitem 2.1 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, resolve:

Nº 146 - Tornar sem efeito, por decurso do prazo legal, a nomeação da candidata STELLA MARIS LACERDA VIEIRA, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 100/2005, publicado no DOU em 15.08.2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o disposto no Capítulo XI, item 4, subitem 4.3 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, e considerando o contido no Processo TRT n. 077608/2005, resolve:

Nº 147 - Tornar sem efeito, em razão da homologação da desistência da vaga, a nomeação da candidata LUCICLÉLIA JOVELINA DA SILVA, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 100/2005, publicado no DOU em 15.08.2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o disposto no Capítulo XI, item 4, subitem 4.3 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, e considerando o contido no Processo TRT n. 072247/2005, resolve:

Nº 148 - Tornar sem efeito, em razão da homologação da desistência da vaga, a nomeação do candidato LEOPOLDO DONIZETE DE LIMA, aprovado em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 097/2005, publicado no DOU em 25.07.2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o disposto no Capítulo XI, item 4, subitem 4.3 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, e considerando o contido no Processo TRT n. 073513/2005, resolve:

Nº 149 - Tornar sem efeito, em razão da homologação da desistência da vaga, a nomeação da candidata CAROLINA PEREIRA MERCANTE, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 100/2005, publicado no DOU em 15.08.2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto no art. 13, §§ 1º e 6º da Lei n. 8.112/90, bem como no Capítulo XI, item 2, subitem 2.1 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, resolve:

Nº 150 - Tornar sem efeito, por decurso do prazo legal, a nomeação da candidata THAIS EVANGELISTA FERNANDES BRITO, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 086/2005, publicado no DOU em 14.07.2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto no art. 13, §§ 1º e 6º da Lei n. 8.112/90, bem como no Capítulo XI, item 2, subitem 2.1 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, resolve:

Nº 151 - Tornar sem efeito, por decurso do prazo legal, a nomeação da candidata SAMARA VILELA DE SOUZA GONÇALVES, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 100/2005, publicado no DOU em 15.08.2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto no art. 13, §§ 1º e 6º da Lei n. 8.112/90, bem como no Capítulo XI, item 2, subitem 2.1 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, resolve:



Nº 152 - Tornar sem efeito, por decurso do prazo legal, a nomeação do candidato EDER DE MOURA PAIXÃO MEDEIROS, aprovado em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 091/2005, publicado no DOU em 14.07.2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o disposto no Capítulo XI, item 4, subitem 4.3 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, e considerando o contido no Processo TRT n. 080220/2005, resolve:

Nº 158 - Tornar sem efeito, em razão da homologação da desistência da vaga, a nomeação do candidato CÍCERO PEDRO FERREIRA, aprovado em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 113/2005, publicado no DOU em 30.08.2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o disposto no Capítulo XI, item 4, subitem 4.3 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, e considerando o contido no Processo TRT n. 082728/2005, resolve:

Nº 159 - Tornar sem efeito, em razão da homologação da desistência da vaga, a nomeação da candidata GISELLE VIEIRA DA SILVA, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 125/2005, publicado no DOU em 12.09.2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, e considerando ainda o Ato TRT/DGCA/GP - 128/2005, resolve:

Nº 153 - Nomear o candidato FILIPE CARNEIRO GUIMARÃES para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, Nível Superior, Área Apoio Especializado, Especialidade - Análise de Sistemas, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, em decorrência do Ato TRT/DGCA/GP - 128/2005, publicado no DOU em 22.09.2005, que declarou vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, o cargo ocupado pelo servidor Marcos Aurélio Silva de Oliveira.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, e considerando ainda o Ato TRT/DGCA/GP - 129/2005, resolve:

Nº 154 - Nomear o candidato KLAUS KIMURA CORDEIRO DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, em decorrência do Ato TRT/DGCA/GP - 129/2005, publicado no DOU em 27.09.2005, que declarou vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, o cargo ocupado pela servidora Caroline Kadoi Tsumhima.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, e considerando ainda o Ato TRT/DG/GP - 111/2005, resolve:

Nº 155 - Nomear o candidato FABRICIO CARLOS PEREIRA para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, em decorrência do Ato TRT/DG/GP - 111/2005, publicado no DOU em 09.09.2005, que declarou vago o cargo ocupado pelo servidor Emerson Gil Mayer. 156/2005

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação

do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, resolve:

Nº 156 - Nomear o candidato ANDRÉ CLEANDRO DE CASTRO DIAS para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, Nível Superior, Área Judiciária, Especialidade - Execução de Mandados, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, e considerando ainda o Ato TRT/DGCA/GP - 127/2005, resolve:

Nº 157 - Nomear o candidato ALYSON ARAÚJO LOPES para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, em decorrência do Ato TRT/DGCA/GP - 127/2005, publicado no DOU em 22.09.2005, que declarou vago o cargo ocupado pela servidora Andréia Mara Mota de Souza.

MARIA BERENICE CARVALHO CASTRO SOUZA

ATOS DE 3 DE OUTUBRO DE 2005

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, "f" do Regimento Interno, e considerando o expediente protocolizado sob o n. 069673/2005, resolve:

Nº 160 - Declarar vago o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pela servidora JOSIANE REGINA FRIGO, por motivo de posse em outro Cargo Público Inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII da Lei n. 8.112/90, com efeitos a contar de 17 de agosto do corrente ano, tornando sem efeito o ATO/TRT/DGCA/GP - 141/2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e face ao disposto no artigo 27, § 1º, "d", do Regimento Interno, e considerando o expediente protocolizado sob n. 87698/2005, resolve:

Nº 161 - Exonerar, a pedido, o servidor OMAR LOPES TOLEDO, sem vínculo, do Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Tangará da Serra - CJ 03, a contar de 04 de outubro do corrente ano.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e face ao disposto no artigo 27, § 1º, "d", do Regimento Interno, resolve:

Nº 162 - Nomear o servidor JOSÉ EUGENIO BORBA, Técnico Judiciário, matrícula 308.23.344, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Tangará da Serra - CJ 03, a partir da publicação deste.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o disposto no Capítulo XI, item 4, subitem 4.3 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, e considerando o contido no Processo TRT n. 085855/2005, resolve:

Nº 163 - Tornar sem efeito, em razão da homologação da desistência da vaga, a nomeação da candidata ANA RACHEL PINTO DE SOUSA, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 113/2005, publicado no DOU em 30.08.2005.

A JUÍZA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o disposto no Capítulo XI, item 4, subitem 4.3 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público, e considerando o contido no Processo TRT n. 084567/2005, resolve:

Nº 164 - Tornar sem efeito, em razão da homologação da desistência da vaga, a nomeação da candidata EDILVA APARECIDA BRUNO ESCOBAR, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003, constante no ATO TRT/DG/GP - 113/2005, publicado no DOU em 30.08.2005.

MARIA BERENICE CARVALHO CASTRO SOUZA

24ª REGIÃO

ATOS DE 6 DE OUTUBRO DE 2005

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 119 - EXONERAR o servidor TIAGO MULLER SOARES, cedido pelo Município de Amambai-MS, do cargo em comissão de Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Amambai, símbolo CJ-3, com efeitos a contar de 14.10.2005.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 120 - NOMEAR o servidor JOÃO CARLOS ÁVILLA DA SILVA, Técnico Judiciário, para ocupar o cargo em comissão de Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Amambai-MS, símbolo CJ-3, com efeitos a contar de 14.10.2005.

Juiz NICANOR DE ARAÚJO LIMA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 89, DE 3 DE OUTUBRO DE 2005

O Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO o Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução COFEN nº. 242/2000, em seu art. 13, inciso XXIII; CONSIDERANDO as disposições contidas no Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº. 209, publicada no DOU nº. 91, de 15.05.98, Seção I; CONSIDERANDO Parecer de Relator nº. 030-A/2005, aprovado por unanimidade pelo Plenário, em sua Reunião Ordinária nº. 332; CONSIDERANDO os ditames contidos na Decisão COFEN nº. 084/2005, bem como, tudo o que mais consta no PAD-COFEN nº. 059/2004; decide:

Art. 1º - Designar os profissionais abaixo, como Conselheiros Regionais do COREN-SE: QUADRO I - EFETIVOS: - Marli Francisca dos Santos Palmeira, COREN-SE Nº. 39.143; Florita Moura de Aquino, COREN-SE Nº. 57.838; Miriam Christina dos Santos Carvalho, COREN-SE Nº. 39.937; Nilvania Amaro dos Santos, COREN-SE Nº. 49.970; Ana Paula Rita do Carmo, COREN-SE Nº. 65.648. QUADRO I-SUPLENTES: Aglaé da Silva Araújo Andrade, COREN-SE Nº. 58.604. Dayse Rosângela Santos Marques, COREN-SE Nº. 60.820; Francielede Lobo Santana, COREN-SE Nº. 31.304; Josefa Jalcira Isidoro dos Santos, COREN-SE Nº. 55.425; Sílvia Alcione Moura da Silva, COREN-SE Nº. 81040. QUADROS II e III - EFETIVOS: Maria Amélia Santos, COREN-SE Nº. 388.666; Maria Auxiliadora dos Santos, COREN-SE Nº. 389.588; Maria da Conceição B dos Santos, COREN-SE Nº. 342.822; Rosa Meire Francisca dos Santos, COREN-SE Nº. 292.180. QUADROS II e III - SUPLENTES: Carlos Augusto dos Santos, COREN-SE Nº. 39.383; Clarice Nunes Mota de Aquino, COREN-SE Nº. 17.744; Maria José Maia, COREN-SE Nº. 26.500; Iêda Maria da Silva, COREN-SE Nº. 120.963.

Art. 2º - A Diretoria, Comissão de Tomada de Contas, Delegada Regional e sua Suplente, passam a ser compostas da seguinte forma: DIRETORIA: Presidente - Marli Francisca dos Santos Palmeira, Secretária - Florita Moura de Aquino, Tesoureira - Miriam Christina dos Santos Carvalho, CTC: Nilvania Amaro dos Santos, Maria Amélia Santos, Maria Auxiliadora dos Santos, Delegada Regional - Marli Francisca dos Santos Palmeira, Suplente de Delegada Regional - Miriam Christina dos Santos Carvalho.

Art. 3º - O mandato dos Conselheiros designados pelos artigos 1º e 2º, compreende o período entre 31.10.2005 a 30.10.2008.

Art. 4º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA
Presidente do Conselho

ZOLÂNDIA OLIVEIRA CONCEIÇÃO
1ª Secretária

Envio Eletrônico de Matérias

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam livres de vírus.

Sua matéria pode ser rejeitada caso seja constatado algum tipo de contaminação.

Atualize, com frequência, seu software antivírus.

